

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.449 - MT (2020/0277638-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARCIO BERTOCCO MEIRELLES
ADVOGADO : JOÃO ACÁSSIO MUNIZ JÚNIOR - MT008872
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA - MT005134

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MARCIO BERTOCCO MEIRELLES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – PENHORA DE IMÓVEL RURAL – AVALIAÇÃO AQUÉM DO VALOR DE MERCADO – PEDIDO DE NOVA AVALIAÇÃO – DESCABIMENTO AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART 873 DO CPC15 – BEM DADO EM GARANTIA DA DÍVIDA – ARTIGO 835 § 3 DO CPC15 – PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE – INOCORRÊNCIA RECURSO DESPROVIDO

Alega o recorrente violação dos arts. 805 e 874 do CPC, além de dissídio jurisprudencial, porque ocorrido flagrante excesso de penhora no caso dos autos, trazendo os seguintes argumentos:

Ao proferir o v. Acórdão, observa-se Exa., que foram ignorados os requisitos exigidos por lei, e a demonstração por meio da presente demanda, pois de fato ocorreu o excesso de penhora apontado, bem como a imposição do meio MAIS GRAVOSO dos atos executivos. No caso em tela o voto do magistrado, está em total desacordo com a legislação uma vez que viola o artigo 805 do CPC pois houve um grande prejuízo causado ao Recorrente já que dívida atualizada se que aproxima-se a porcentagem de 2% do imóvel penhorado, sendo que 1% da penhora seriam suficientes para garantia do débito.

De forma equivocada o v. Acórdão, não optou por escolher a forma menos gravosa para o devedor, conforme artigo 805 do CPC. De forma complementar a violação a norma federal também abrange o artigo 874 do CPC, vislumbrando-se flagrante excesso de penhora, é lícito e de direito a redução para o percentual de 1% (um por cento) do bem matrícula nº. 1.574,

estritamente suficiente à satisfação do credor, cujo valor garante a execução e acessórios.

Sob essa ótica, nota-se que o v. Acórdão em tela apresenta contradição quanto as regras estabelecidas no CPC, sendo inadmissível a permanência deste decisum. (fls. 754).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Salienta-se que o art. 873 do CPC/15 dispõe que será admitida a realização de nova avaliação quando fundamentada arguição de erro na estimativa ou dolo do avaliador, se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem ou, ainda, nos casos em que o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor a ele atribuído na primeira avaliação. (fl. 738)

Entretanto, essa não é a situação verificada no caso em apreço, uma vez que se observa do laudo impugnado (ID 37435489), que o Oficial de Justiça elaborou uma análise satisfatória do imóvel, levando em conta todas as características que lhe são peculiares.

Aliás, tanto é verdade que foram coletadas informações de imobiliárias da região, sendo que o agravante não trouxe nenhum elemento consistente que possa desconstituir tais informações.

Portanto, não tendo o agravante trazido nenhum fundamento relevante para a realização de nova avaliação do bem imóvel penhorado, não há falar em reforma da decisão agravada.

Nesse sentido: (...) (fl. 739)

Com relação à alegação de que a execução deve primar pelo princípio da menor onerosidade, é de se ressaltar que tal princípio se justapõe à regra segundo a qual a execução deve realizar-se no interesse do exequente (art. 797 do CPC/15), por isso, a preocupação em resguardar a menor onerosidade em favor do devedor não pode afastar o direito do credor à eficácia da execução.

Portanto, não tendo o agravante trazido nenhum fundamento relevante acerca da possibilidade de redução da penhora, não há falar em reforma da decisão agravada.

Por fim, salienta-se que em razão do julgamento do presente agravo de instrumento, fica prejudicado o agravo interno interposto pelo agravante, consoante ID 6952366.

Com essas considerações, nego seguimento ao agravo. (fl. 741)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo

fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Sobre o tema: “Nas razões do recurso especial, não foram apresentados acórdãos paradigmas para a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial a respeito da configuração do dano moral. Tal deficiência impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal”. (AgRg no AREsp 728.706/RJ, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 13/10/2015.)

E ainda: AgRg no AgRg no AREsp 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente